



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 03**

Sessão Ordinária Novembro/Dezembro

1.º Reunião em 03/12/2021

Aos três dias do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte um, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Segunda Secretária Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga na qualidade de Primeira Secretária e da Vogal Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, na qualidade de Segunda Secretária, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes e Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla de Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Emanuel Sousa Cardoso, Miguel António Costa da Silva, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Joana de Oliveira Teixeira, Sílvia Fernandes Ribau, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, António Augusto Cruz de Aguiar, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, Celme Cristina de Jesus Tavares, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, e António Manuel Santos Salavessa.<sup>001</sup>

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Luis Miguel Capão Filipe (chegou às 21:30 horas), Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Manuel Oliveira de Sousa, Joana da Fonseca Valente.

Faltou o Vereador Fernando Manuel Martins Nogueira.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Sessão da Primeira Secretária Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e dos Vogais, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Joana de Oliveira Teixeira, Sílvia Fernandes Ribau, Celme Cristina de Jesus Tavares, Ivo Alexandre Alves Angélico e António Manuel Santos Salavessa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira e Fernando Tavares Marques, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão por Daniela Carla de Sousa Pinto e Fernando Emanuel Sousa Cardoso, respectivamente.<sup>003</sup>

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento<sup>004</sup> da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os senhores deputados que a desejarem consultar, a mesma se encontra disponível nos Serviços para consulta.

Prosseguindo, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das Sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia.

De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes:

Ata n.º 64 – Sessão Ordinária Setembro – 1.ª reunião realizada em 10-09-2021: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.<sup>005</sup>

Votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais que transitaram do anterior mandato.

Ata n.º 01 – Sessão Instalação dos Órgãos Autárquicos e Eleição da Mesa da Assembleia – Sessão realizada em 12-10-2021: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.<sup>005</sup>

Votaram todos os deputados efetivos presentes.

Ata n.º 02 – Sessão Extraordinária Novembro – Sessão realizada em 12-11-2021: Colocada à discussão, solicitou a palavra o deputado António Salavessa.

Vogal António Salavessa (PCP):<sup>006</sup>

*“Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados eleitos na Assembleia Municipal: - O n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei 4/2015 (Código do Procedimento Administrativo em vigor) determina que, passo a citar, “De cada reunião é lavrada ata, que contém um resumo de tudo o que nela tenha ocorrido e seja relevante para o conhecimento e a apreciação da legalidade das deliberações tomadas, designadamente a data e o local da reunião, a ordem do dia, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações e as decisões do presidente” e as decisões do Presidente. Repito - “as decisões do Presidente”.*

*A obrigatoriedade da transcrição em ata das decisões e deliberações ocorridas na Assembleia consta igualmente da Lei que regula o funcionamento das autarquias (a Lei 75/2013, n.º 1 do art.º 57º).*

*Ora, como é do conhecimento público e do conhecimento da Assembleia, o PCP apresentou seis propostas de alteração, ao projeto de Regimento apresentado, em nome da Mesa, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.*

*Iniciativa semelhante terá sido tomada por outros grupos municipais (mas não sou aqui que os estou a representar).*

*Como facilmente comprovarão da leitura da ata presente, não escreve uma única palavra. Como é do conhecimento público o PCP apresentou seis propostas, que estão relatadas na minha intervenção e que foi transcrita integralmente.*

*Na ata está que o PCP entregou à Mesa seis propostas de alteração ao Regimento.*

*Como verificaram a ata não escreve nem mais uma palavra a esse respeito, com a exceção da transcrição inicial da intervenção inicial do PCP, que proferi.*

*Por consequência, não reflete a decisão de não admissão das propostas tomada pela Mesa, tal como não reflete qualquer argumento que justifique essa decisão.*

*Ora, sendo muito grave o que ocorreu, quer isto dizer que a ata está mal redigida? Não, não está.*

*A ata não pode incluir o que não foi dito. E a Mesa nada disse de substancial a este respeito e devia tê-lo feito.*

*O que pretendo sublinhar nesta intervenção é que a aprovação da ata – ato que conta com o nosso voto a favor – não significa a regularização do que foi irregular, nem a sua legitimação.*

*A violação dos direitos de um eleito municipal, na nossa perspetiva, continua em aberto e terá que produzir consequências.*

*Não abandonaremos a nossa posição em prol da dignidade da Assembleia Municipal e dos seus membros e, muito mais, em defesa, não só do princípio, mas também de práticas que facilitem e estimulem a participação dos aveirenses na defesa dos seus interesses.”*

Concluída a interposição do Vogal, o Presidente submeteu à votação a ata n.º 2, sendo a mesma aprovada por unanimidade.<sup>006</sup>

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva.

**Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia aludiu uma breve nota do momento solene decorrido na colocação na galeria da Assembleia, antes do começo da Sessão, da pintura do ex-Presidente da Assembleia Professor Doutor António Nogueira Leite – que esteve presente.**

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” enviada aos deputados municipais para esta Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1 - Apreciação e votação do PAM - Programa de Ajustamento Municipal – Pedido de Cessação e Minuta de Adenda ao Contrato de PAM celebrado entre o Fundo de Apoio Municipal e o Município de Aveiro;**
- Ponto 2 - Apreciação e votação da “Requalificação Urbana da Envolvente à EB 2,3 de Cacia e ligação à Antiga E.N. 109” – Autorização para a assunção de compromissos plurianuais;**
- Ponto 3 - Apreciação e votação do Contrato para a Execução da empreitada de “Requalificação e Reabilitação da Piscina Municipal e Pavilhão Desportivo” - Alteração às Fontes de Financiamento - Lote 1;**
- Ponto 4 - Apreciação e votação da Delegação da Competência Genérica no Presidente da Câmara Municipal para Autorização Prévia de Compromissos Plurianuais;**
- Ponto 5 - Apreciação e votação do Processo de Descentralização - Ação Social 2021;**
- Ponto 6 - Apreciação e votação do Processo de Descentralização – Área da Ação Social / Competências Intermunicipais 2021;**
- Ponto 7 – Informação sobre a Atividade Municipal de 07SET21 a 29NOV21;**
- Ponto 8 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2022;**

- Ponto 9 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2022;**  
**Ponto 10 - Apreciação e votação da Derrama para 2022;**  
**Ponto 11 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2022;**  
**Ponto 12 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2022;**  
**Ponto 13 – Atualização de Taxas - RUMA (Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro) e RMTOR (Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas);**  
**Ponto 14 – Apreciação e votação da Reprogramação de Empreitadas – Exercícios de 2021 a 2024 – Autorização de assunção de compromissos plurianuais.**

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O Presidente da Mesa informou da presença no plenário de um munícipe inscrito que deseja intervir no período regimental de intervenção do público<sup>007</sup>, dando-lhe de seguida a palavra.

Munícipe Élio Martins:<sup>008</sup>

*“Boa noite. Eu sou de Verba (Nariz), estive na Assembleia o ano passado, mas nada foi feito. Temos um problema gravíssimo na rua do Carral. Eu tenho 59 anos, meteram lá um bocado de alcatrão onde mal passa uma camioneta, quando passam dois carros um tem de ir à valeta. O senhor Presidente sabe, eu estive lá no ano passado quando fez ali a reunião na José Estevão. Temos uma ponte a cair. Tem lá um sinal de proibido para não passar camiões, passam igual porque depois não podem fazer a inversão de marcha, não sei é até quando! Temos uns eucaliptos com mais de 40 metros de altura, com mais de 60 anos, que estão lá na borda da estrada. Temos a estrada que infelizmente mal passa um carro. Por culpa da Junta de Nariz, que infelizmente devia estar aqui e não está. Temos lá uma vala hidráulica em que a Câmara Municipal não gasta um cêntimo, quem gasta é a Hidráulica do Centro. Nem ninguém delibera uma vírgula para limpamos aquela vala hidráulica desde o Rego do Fontão até à Pateira de Fermentelos, quando há inundações sobe para cima, quase três metros de altura, anda nos terrenos das pessoas, é o que temos visto. E a maior vergonha que de há, é sermos gozados, não posso falar em nomes, de pessoas que pertencem à União de Freguesias que afirmam, não abrem a estrada, não fazem a ponte porque a Junta não tem força.*

*Eu pergunto até quando é que aquela estrada e aquelas pontes e quando é que o rio é aberto? E qual a razão de há tanto tempo aquela estrada com tanto movimento ainda não está reparada.*

*E vou aqui deliberar outra. Que deliberei com o Presidente de Junta de Requeixo, com o Miguel, levei-o lá, já me tive que levantar de noite, porque andam malandros ali a fazer raly naquele espaço de lá de cima até lá baixo porque não há luz. Eu paguei os postes para ter luz na minha casa e a Câmara agora ligou ao meu ramal para abastecer a bomba de elevação e não me pediu. Eu pedia à Câmara pelo amor de deus que metam lá umas lâmpadas porque aquela desgraçada daquela rua não há.*

*Aquela estrada tem de ser alargada. Aquilo é muito bom para as pessoas caminharem. Há pessoas por ali a caminharem e não há uma lâmpada, não há um passeio, não há vala aberta, já lá morreu gente. E depois tem outra Senhor Presidente, já foi embora, era uma pessoa muito querida, falo aqui que era o Senhor Arede, que na altura conseguiu abrir aquela estrada, mas foi feita com alcatrão de enchimento. O alcatrão de enchimento não pode ser definitivo porque escorrega. Já lá houve vários acidentes, já partiram lá carros.*

*Eu perguntei ao Senhor Mário Martins que é de Verba, um homem muito querido, desculpe porque é que deixou fazer a estrada com alcatrão de enchimento? Respondeu que foi o possível. Mas era preferível ter em terra batida do que aquele alcatrão porque o mesmo é um perigo.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[009](#)

*“Senhor Presidente muito obrigado. Senhor Élio, dar nota que a requalificação da rua do Carral está entregue a um empreiteiro que ganhou o concurso. Estão várias vias integradas e esta é uma delas. Não está nenhuma ponte para cair. E quanto à iluminação pública não é uma prioridade colocar iluminação em toda a via. Como bem sabe a maior parte da via não é urbana. Mas a lógica é prosseguirmos este trabalho com a EREDES, mas a lógica não é colocar postes de iluminação em tudo quanto é rua. As vias não urbanas têm de ter justificação de circuitos minimamente intensos para justificar.*

*Neste momento não há essa justificação no que respeita à zona não urbana. No que respeita à zona urbana está e tem de estar como é evidente. Nisso não há discussão. Portanto é neste quadro que nós vamos requalificar a rua do Carral que como disse está entregue a um empreiteiro no âmbito do concurso público foi feito recentemente, está em fase de Visto Tribunal de Contas e, portanto, teremos uma rua do Carral qualificada e com o alcatrão que não escorrega. Embora quando o alcatrão novo está molhado, é sempre importante reduzir a velocidade, não vá algum pneu estar careca e a malta despistar-se e depois dizer que é do alcatrão. Muito obrigado.”*

### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa:[010](#)

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento:[011](#)

*“Senhor Presidente para um protesto. Protesto pelo facto de um munícipe vir colocar problemas à Assembleia Municipal e não ser dada a palavra aos membros da Assembleia Municipal. O Senhor deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e não deu a palavra aos membros da Assembleia Municipal!*

*Dir-me-á, dir-me-á, que é assim que está no Regimento. Pois, mas o Regimento ficou assim porque não foi sequer discutida uma proposta do PCP visando a alteração desta situação.*

*E conceder três minutos para cada grupo que pretendem-se falar, tivessem essa possibilidade de falar.*

*Portanto criou uma mordaza para os membros da Assembleia e permite tudo o que quiser dizer o Senhor Presidente da Câmara.”*

Presidente da Mesa:[012](#)

*“Desculpe, cumprimos o Regimento que está em vigor. E assim foi em todo o mandato anterior sem problemas de maior. Acontece que está estabelecido de facto que cada munícipe dirige um determinado pedido de esclarecimento. Se um munícipe chegar aqui e disser “eu quero ser esclarecido pelo Senhor Deputado António Salavessa” eu posso fazer o contrário e o Presidente quer falar mas não foi questionado. Foi o Senhor Deputado que foi questionado. Portanto neste caso acontece por óbvias razões que os munícipes querem ser esclarecidos pelo Presidente da Câmara. Eu acho que isto é óbvio que assim o queiram.*

*De qualquer forma, não obstante, esta figura que assim está no Regimento pelo menos desde que eu aqui estou, e para trás julgo que não houve inovação nesse sentido (e até podemos ver a parte histórica) nada impede que nas intervenções seguintes os partidos façam comentários.*

*Olhe vamos passar ao Período de antes da ordem do dia. Para que é o período de antes da ordem do dia “interesses locais que não tenham cabimento na Ordem do Dia”. Portanto no período seguinte há novamente tempo suficiente. É preciso que as pessoas saibam que não há mordaza nenhuma aqui. Vai seguir-se um período em que o PCP tem quatro minutos para poder intervir. Aliás, como nós sabemos, tempo totalmente desproporcional face à força política que representa. Mas não vamos discutir o Regimento todo o mandato. Não vamos discutir.*

*Mas os Senhores têm quatro minutos agora para falarem do que quiserem. Não há limites nenhuns. Fale sobre o problema que foi aqui evocado do municípe. Ninguém lhe vai retirar a palavra por isso.*

*Portanto vamos entrar no Período de Antes da Ordem do Dia, sobre assuntos de interesse local e que não azem parte da Ordem do Dia.”*

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Concluídas as intervenções, o Presidente da Mesa deu início<sup>013</sup> ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

#### **Membros da Assembleia**

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>014</sup>

*“Bem, Senhor Élio foi com muito prazer que ouvi a sua intervenção. Vou roubar algum tempo dos meus quatro preciosos minutos para lhe dizer que os assuntos que focou são fundamentalmente da competência da Câmara Municipal e não da Assembleia Municipal.*

*E dizer que o Senhor tem sempre nas reuniões públicas da Câmara, para poder explorar melhor esta sua intervenção e colocar melhor as questões que lhe são pertinentes.*

*E para lhe dizer, que infelizmente, na opinião do PCP, aquilo que o senhor aqui trouxe é semelhante àquilo que muitas pessoas das freguesias mais afastadas poderiam vir dizer.*

*Porque esta política desta câmara é uma política virada para o centro e não para as pequenas coisas que acontecem por todo este concelho.*

*Por isso, independentemente de ser assunto da competência municipal estou muito satisfeito por alguém vir a esta Assembleia interpelar este caso, e deve ser na Assembleia, porque esta é a casa da Assembleia, não é a casa do Presidente da Câmara. No sentido em que esta Assembleia fiscaliza ação do Presidente da Câmara — não é o Presidente da Câmara que fiscaliza a Assembleia.*

*E é importante que os Senhores deputados apreendam, interiorizem, esta questão. E que não sejam constantemente minorizados enquanto membros, autarcas eleitos, tão representativos como Presidente da Câmara em relação a estas questões do dia a dia.*

*E dizer que esta não é a intervenção que eu queria fazer, mas sim a intervenção que foi pertinente fazer agora...”*

Presidente da Mesa:

*“O Senhor deputado ainda tem dois minutos e vinte segundos...”*

Vogal António Salavessa:

*“Não dá. Tenho aqui duas páginas A4 que tinha programado para os quatro minutos, assim não dá.”*

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>014</sup>

*“Boa noite Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, deputados e restante audiência.*

*Eu começo esta minha intervenção invocando brevemente uma data histórica para a nossa liberdade e, infelizmente, continua a ser largamente ignorada pelos partidos do sistema. Falo obviamente do 25 novembro de 1975. Foram os acontecimentos deste dia 25 de Novembro que impediram Portugal se transformasse na ‘Cuba’ da Europa. E passados 46 anos sobre o 25 de Novembro, 46 anos de governos alternância PS e PSD, como está Portugal e os portugueses. Eu passo a explicar. temos atualmente a quarta maior dívida pública do mundo. Temos um Estado gordo e níveis de corrupção endémica. Os níveis de tributação Portugal estão entre os mais elevados do mundo. Temos uma das eleito cidades mais caras e a quinta gasolina mais cara da União Europeia. Os nossos salários mínimo e médio estão entre os mais baixo da União Europeia. Temos uma política de subsidi dependência e que encoraja as pessoas a não trabalhar. Pesa sobre nós um fardo fiscal enorme e uma regulamentação excessiva da atividade económica que sufoca e ameaça a sobrevivência de todos, do pequeno e médio empresário, com coimas ruinosas e muitas vezes injustificadas. Estamos a ser ultrapassados nos rankings internacionais por países como a Estónia, Eslovénia e Lituânia. Temos uma classe jornalística que devido à sua precariedade financeira, são meros paus mandados do sistema. Em vez de fazerem jornalismo fazem ativismo. Ativismos esquerda.*

*Vivemos há 46 anos de mão estendida na Europa. Basicamente, sem independência financeira do Estado e sem dependência financeira dos cidadãos, não pode haver uma verdadeira liberdade.*

*Por tudo isto e muito mais o Partido CHEGA chegou para ficar. Todas as sondagens indicam que no próximo dia 30 de Janeiro entraremos na Assembleia da República de rompante. O período ostracizar o nosso líder André Ventura vai acabar. Nós, CHEGA, somos gente do povo, somos gente de bem. Na Assembleia da República defenderemos a família como pilar básico da sociedade. Defenderemos o combate sem tréguas à corrupção, ao parasitismo social e á subsidi dependência. Defendemos uma profunda reforma da Justiça e a instituição da prisão perpétua para crimes de especial gravidade à semelhança do que acontece em outros países mais desenvolvidos do que nós. Defendemos uma reforma profunda da Saúde, na qual o interesse superior dos portugueses se sobreporá a qualquer ideologia. Defenderemos uma reforma profunda do Ensino, devolvendo autoridade aos professores, combatendo a formatação ideológica de jovens e crianças. Lutaremos contra a substituição demográfica dos portugueses em processos de imigração descontrolada. Defenderemos a nossa História e a nossa Cultura.*

*E agora passa a trazer aqui um assunto local. Ora bem, nós tivemos conhecimento de que a classe dos taxistas anda bastante descontente com a autarquia. Eles queixam-se relativamente às praças de táxis que lhes foram atribuídas recentemente após as obras na Lourenço Peixinho. Eles inicialmente tinham (isto é uma imagem de Maio do ano passado), em que eles tinham ali os táxis mesmo em frente à Estação, eles agora foram empurrados aqui para este canto, e eles estão bastante descontentes e dizem que a autarquia não os tem atendido, não os tem ouvido nas suas reivindicações.*

*Eles também se queixam que têm andado há anos e anos a pedir à autarquia para lhes dar algumas praças de táxis, nomeadamente junto à Universidade, junto ao Centro de Saúde, junto à Loja do Cidadão.*

*Todas estas reivindicações dos senhores taxistas nos parecem de certo modo legítimas. É assim, não sei até que ponto é que ao serem atendidas essas reivindicações, estão a prejudicar os munícipes! Não. Nós não queremos isso. Parece-nos que essas reivindicações não vão de modo algum contra os interesses dos munícipes, bem pelo contrário. Nós*

*queremos que eles possam desenvolver a sua atividade. Para isso precisam de praça dos táxis bem localizadas e penso que também será importante para o nosso Turismo. A menos que a autarquia esteja empenhada em desenvolver o turismo de pé-descalço, que só anda de autocarro e de Bugas. Eu espero que o problema se resolva. Muito obrigado.”*

Presidente da Mesa<sup>015</sup>

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>016</sup>

*“Os meus cumprimentos Senhor Presidente, que se estendem a todos os presentes, à comunicação social e a todos os que nos acompanham lá em casa. A minha primeira questão prende-se com uma informação que nos foi feita chegar e que nós gostaríamos de saber se, de facto, é factual que a Veterinária Municipal apresentou a sua demissão e que, alegando falta de condições de trabalho, nomeadamente a inexistência do prometido canil municipal? E a confirmar-se que medidas está o Executivo a tomar para colmatar esta situação.*

*Uma segunda questão prende-se com o facto de em Novembro de 2020, termos apresentado aqui uma proposta nesta Assembleia, que foi rejeitada, para a georreferenciação das árvores do município de Aveiro e que foi rejeitada com o argumento de que o Executivo já estaria a desenvolver e que estaria para muito breve a sua disponibilização.*

*Gostaríamos que nos confirmasse passado um ano, se a mesma já se encontra disponível para consulta? Muito obrigado.”*

Vogal Celme Cristina (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>017</sup>

*“Muito boa noite. Senhor Presidente, Executivo, caros vereadores, restantes deputados e assistência também online. Como saberão o Conselho Intermunicipal da CIRA, lançou ontem um comunicado, onde, citamos – manifestou a sua total oposição à criação de um Parque Natural da Ria de Aveiro, recomendado ao Governo e aprovada pela Assembleia da República, por iniciativa do Bloco de Esquerda.*

*O Bloco de Esquerda responde ao comunicado da CIRA que expressa políticas completamente ultrapassadas. A proposta do Bloco aprovada por larga maioria no Parlamento para a criação de um parque natural e, de facto, incontornável. A CIRA fez bem em dedicar uma reunião a debater a proposta do Bloco. É, de facto, a única proposta, estrutural em cima da mesa. A própria CIRA não tem uma proposta para a boa governação da Região. Não surpreende que a CIRA presidida por Ribau Esteves, cujo grande objetivo era a construção de uma mega Marina de um complexo imobiliário na Ria de Aveiro e de empreendimentos hoteleiros nos terrenos da antiga lota de Aveiro, seja contra a criação de um Parque Natural.*

*A sua política é a da desproteção ambiental e da promoção da especulação imobiliária e de uma economia ultrapassada.*

*A proposta aprovada pelo Parlamento é a criação de um parque natural que englobe as atuais sete áreas protegidas da Ria Aveiro. Das Dunas de São Jacinto, da Pateira, e do Rio Vouga. O comunicado da CIRA apenas refere uma dessas áreas a Ria de Aveiro. E não tem uma única linha para a Pateira, as Dunas, ou o rio Vouga. Mostrando assim que relega essas áreas para o abandono. A CIRA diz que é necessário investir mais na Ria de Aveiro, mais uma vez, não refere as outras três 3 áreas, pelo que se conclui que não precisam de mais financiamento.*

*O Bloco de Esquerda discorda e quer mesmo mais financiamento para a proteção das Dunas de São Jacinto, da Pateira e do Rio Vouga. O caso concreto das Dunas de São Jacinto, mostram, o que é a política real do Presidente da CIRA para as áreas protegidas.*

*Esta Reserva Natural ao abrigo da competência, passou a ter o regime de cogestão entre o Estado e a Câmara Municipal de Aveiro. O Orçamento de Estado de 2022, entretanto chumbado, continha verbas específicas para cada autarquia para a delegação de competências. Mas para as áreas protegidas tinha 0 euros.*

*Acréscio que a missão da Autarquia na Reserva Natural e apenas conseguir mais receitas e mais visitantes e não tem uma única obrigação de proteção da natureza. A criação do Parque Natural permitiria o objetivo que a CIRA defendeu no seu comunicado. A gestão de uma entidade nela sediada e com capacidade de legal e técnica para fazer essa gestão autónoma e integrada, pelo que a objeção é mesmo a qualquer mecanismo de proteção ambiental. O Bloco recorda que a classificação do Parque Natural é dada a locais com interesse proteção ambiental, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana. Ou seja, a atividade económica das populações é essencial para a manutenção da biodiversidade, tal como se passa como exemplo no Parque Natural da Ria Formosa.*

*Em suma o comunicado da entidade presidida por Ribau Esteves, mostra como Portugal têm as áreas protegidas as mais desprotegidas de toda a União Europeia. A proteção Ambiental é um empecilho à criação de um negócio fantástico, mas para poucos, à custa das áreas classificadas e da economia de todos.*

*Este foi um primeiro ponto a propósito do comunicado da CIRA sobre a criação do Parque Natural da proposta do Bloco de Esquerda aprovada em Assembleia da República.*

*Quero também abordar aqui um outro tópico, outro assunto, que está na ordem do dia que é sobre a falta de financiamento para a ampliação e qualificação do Hospital de Aveiro.*

*O Bloco de Esquerda critica que o investimento na ampliação e qualificação do Hospital de Aveiro não esteja ainda assegurado. Esse investimento é fundamental para garantir o acesso universal da população do concelho e da região a cuidados de saúde e de qualidade e é consensual, por isso rendivicamos digamos, o seu financiamento.*

*Queria aqui também abordar ou dar conta ainda de que a ACAPO, Associação cegos e Amblíopes de Portugal e a MUBI Associação pela mobilidade urbana em bicicleta, apelaram à Câmara Municipal de Aveiro para que não se instale as estações da nova BUGA sobre os passeios. Como já terão reparado um pouco por toda a cidade se vai vendo essas pequenas instalações, digamos. Estas situações prejudicam todas as pessoas que andam a pé, mas, principalmente aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida, e muito especialmente pessoas com deficiência visual dada a sua maior dificuldade em ultrapassar os obstáculos ou mesmo aperceber-se da sua presença. Apelamos a que a Câmara passe a tomar decisões com base naquilo que são as boas práticas estabelecidas pelos manuais e que, face às correções necessárias nas estações que já começou a instalar.*

*Por último invocamos também ainda o 25 de Novembro, o Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres, que decorreu no passado dia 25 para alertar para este grave problema que atinge as mulheres tanto sua casa como no seu local de trabalho, quer a nível psicológico ou físico, da necessidade de consolidar o sentido de responsabilidade coletiva, transmitir a confiança a cada mulher e à sociedade em geral no combate a este crime. Bem como divulgar as respostas e mecanismos de apoio às vítimas num distrito que, como todos sabem, é dos distritos onde existe mais femicídio de mulheres são assassinadas pelos anos”*

Vogal Ernesto Barros (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[018](#)

*“Muito obrigado, senhor Presidente, boa noite a todos. Congratulo-me das caras novas aqui presentes, nomeadamente a minha colega substituta hoje aqui presente que faz parte do grupo parlamentar.*

*Eu queria aqui apenas referir duas situações, uma das quais está já um bocadinho ultrapassada, mas é sobre as comemorações dos 40 anos da fábrica Renault em Aveiro. Queria referir que fiquei um pouco triste e, de certa forma até ofendido, porque eu não vi nada escrito, nem na informação televisiva, na informação escrita, sobre uma das pessoas principais que conseguiu que a Renault viesse para Aveiro. Falo obviamente de Girão Pereira. Há quarenta anos, quando estava na Câmara Municipal, foi o que realmente incentivou os investidores, onde existiam aquelas instalações da FAP, e que foram completamente todas remodeladas e, portanto, aquilo que estava completamente falido. E foi realmente Girão Pereira que pegou nas suas pernas, foi para Lisboa e foi para a Renault/França e conseguiu realmente que aquela fábrica viesse para Aveiro de partir de 1976.*

*Lamento não ter ouvido o nome dele nas declarações, nem pelo o diretor-geral da Renault nem do Ministro que cá esteve presente nas comemorações. Esse é o meu lamento e gostaria que ficasse em ata.*

*Outra situação que eu gostaria de ver esclarecida, é que realmente esta semana passaram-se coisas interessantes aqui nesta cidade relativamente ao Hospital. Soubemos inicialmente que o PRR não contempla verbas para a remodelação do Hospital. Depois soubemos que as verbas da União Europeia do 20/30 também não contemplava o Hospital. E hoje, muito curiosamente, vem nos jornais por um deputado do Partido Socialista que há verba para o Hospital! Portanto alguém realmente está a querer empalear isto ou a fazer eleitoralismo para a campanha com esta situação.*

*De qualquer das maneiras era uma situação que eu queria ver mais ou menos esclarecida, porque realmente a ampliação do Hospital já estava bem encaminhado para haver financiamento para o Hospital de Aveiro, parece que morreu completamente pelas palavras das entidades oficiais? Era só. Muito obrigado.”*

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[019](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa noite a todos. Começo nesta primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal por cumprimentar todos os eleitos dos diferentes órgãos autárquicos do nosso município – Câmara, Assembleia, e Juntas de Freguesia, fazendo votos para que o seu trabalho que vier a ser desenvolvido neste mandato seja profícuo para o nosso concelho.*

*Os resultados eleitorais do passado dia 26 de Setembro demonstraram, de uma forma inequívoca, o rumo que os aveirenses querem para a sua terra.*

*Acabaram assim, esperamos que definitivamente, as supostas representações da vontade dos aveirenses que alguns brandiram ao longo dos últimos anos, para defenderem interesses nem sempre claros.*

*Da oposição esperamos sobretudo responsabilidade. Mas também, que quando for manifestada discordância com alguma proposta do executivo, seja apresentada a correspondente alternativa em vez do habitual voto contra, para não ter que votar a favor, de modo a que em 2025 possamos estar todos satisfeitos com um concelho ainda melhor do que aquele em que vivemos hoje.*

*Também uma palavra para recordar a passagem de mais um aniversário do 25 de Novembro de 1975. Data em que a democracia conquistada com a revolução de 25 de Abril de 1974 foi definitivamente consolidada, pondo fim à tentativa da extrema-esquerda e da esquerda radical de instrumentalizarem as forças armadas para transformar Portugal numa qualquer república das bananas como as que ainda vamos vendo hoje por esse mundo fora.*

*Para terminar, manifestar o nosso mais profundo repúdio com a situação recentemente vivida no Centro de Saúde de Aveiro. Infelizmente notícia nos órgãos de comunicação nacional, em que centenas de aveirenses, maioritariamente com idades acima dos 80 anos, foram obrigados a esperar horas a fio na via pública para receberem a dose de reforço da vacina contra a Covid. Numa prova cabal da desorganização que grassa nalguns Ministérios, neste caso, o da Saúde, que conseguiu a brilhante proeza de no espaço de alguns meses reverter o sucesso que foi a primeira fase da vacinação, transformando-o em algo habitualmente visto noutras paragens bem distantes de Portugal.*

*A este respeito, gostaria de questionar o senhor Presidente da Câmara relativamente ao encerramento do centro de vacinação que funcionou no Parque de Feiras. Saber se esse encerramento foi devido à necessidade da Câmara dispor das instalações para outras atividades ou se foi por decisão das autoridades da saúde, e se a Câmara disponibilizou nesse momento ou em momento mais recente, essas ou outras instalações municipais para a continuação do processo de vacinação? Disse.”*

Vogal Pedro Silva (PS)<sup>020</sup>

Vogal Ivo Angélico (BE)<sup>021</sup>

Presidente da Mesa<sup>022</sup>

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)<sup>023</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>024</sup>

*“Boa noite a todos. Na pessoa do Senhor Presidente da Mesa cumprimentar todos os presentes e os que nos acompanham online. Nesta nossa primeira reunião com alguma dialética política, não poderia deixar de começar por saudar os novos membros do executivo, pois no dia da instalação da Assembleia Municipal os membros do Partido Socialista não estiveram presentes. E hoje quero cumprimentar especialmente o novo vereador do Partido Socialista, não está presente, mas penso que o Senhor presidente da Concelhia lhe levará os cumprimentos.*

*Desejava dar as boas vindas ao Senhor vereador Fernando Nogueira com desejo de um bom trabalho em prol de Aveiro. Aos meus, aos nossos, desculpem-me falar assim, quero dar as boas vindas aos três novos Vereadores e que, com a sua capacidade de trabalho e de entrega à causa pública.*

*Dizia eu, todos e cada um, acrescentam muito para que este executivo dê aos aveirenses uma melhor qualidade de vida.*

*Neste voto de boas-vindas, não poderia deixar de estendê-lo à Sara Rocha. A nossa Presidente de Junta de Eixo/Eirol. A Sara é uma força da natureza na sua entrega ao trabalho, ao outro, e a causa pública. A Sara foi uma surpresa, mas foi uma surpresa só para quem não a acompanhou na campanha, onde fomos assistindo ao seu crescimento e entrega durante esta mesma campanha.*

*Se a Catarina Barreto há 4 anos foi o nosso Cristiano Ronaldo a Sara Rocha é o nosso Eusébio. Como exemplo desta dedicação às pessoas e aos cidadãos, vou invocar aqui o primeiro ato da Sara enquanto Presidente de Junta de Eixo/Eirol no edifício da junta. Sim o tal para o qual o Presidente da Câmara não foi convidado para a sua inauguração. Dizia eu, nesse edifício, o gabinete do presidente da junta era no rés-do-chão e o atendimento ao público no primeiro andar!? Sabem qual foi primeiro ato Sara Rocha? Foi passar o atendimento ao público, aos cidadãos, para o rés-do-chão e o seu gabinete para o primeiro andar. A Sara é assim, olhando pelo bem-estar das pessoas. Bem-vinda a esta equipa e é com orgulho que a recebemos.*

*Queria ainda neste ponto inicial do PAOD, nesta primeira reunião, não queria deixar de passar sobre algumas palavras que foram introduzidas ou ditas aqui na Assembleia*

*Extraordinária. Foi dito aqui expressões como “começam mal” “é a voz do dono” não há consensos com esta maioria”. Senhores deputados isto não é bem assim. Nem pode ser assim! A democracia foi sufragada e exercida no ato eleitoral de 26 de Setembro. Os aveirenses escolheram. Há que respeitar as minorias, mas desculpem lá, também há que respeitar as maiorias!?! Foi o povo que escolheu e decidiu.*

*Para terminar queria falar um bocadinho sobre o Hospital e a sua expansão.*

*A Câmara Municipal em tempo já reverteu a titularidade dos terrenos de Mário Duarte, limpou os terrenos dos armazéns gerais e do estádio. O terreno está disponível e ao dispor do Ministério da Saúde e do Governo Socialista, há vários anos.*

*A sua expansão, o seu financiamento, por opção do Governo Socialista não entrou no PRR! Depois, segundo justificação feita aqui pelo deputado da república Filipe Neto Brandão, disse que não tinha entrado no PRR porque era mais fácil entrar no 20/30.*

*Agora soubemos que não elegível para 20/30!?! Também não estava no Orçamento de Estado que foi chumbado.*

*Senhor Presidente, sendo a expansão e requalificação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga um desígnio e uma necessidade de todos os aveirenses, mais quem lá trabalha e de quem precisa deste Hospital, sendo um desígnio da CIRA, sem uma prioridade da nossa Região, em que é que estamos ou o que nos pode dizer sobre isto?*

*Já agora gostava também que nos dissesse se há alguma novidade sobre a construção ou requalificação do Centro de Saúde de Aveiro, sobre a Unidade de Saúde de Nossa Senhora de Fátima?”*

Presidente da Mesa

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[026](#)

*“Muito obrigado a todos. Eu seguirei neste mandato a lógica anterior em relação aos períodos de antes-da-ordem-dia, respondendo na informação Escrita, que nesta sessão é o ponto 7 e por isso farei algumas exceções. Mas mantereis essa lógica de que estas questões deverem ser tratadas no ponto de Informação da Atividade Municipal, naquilo que entenda que o deva fazer.*

*Em relação ao Gabriel Bernardo. Subscrevo a sua saudação ao 25 de Novembro. É muito importante, porque a esquerda procurou apropriar-se do 25 de Abril e apagar o 25 de Novembro. Portanto subscrevo essa parte, mas não subscrevo mais nada.*

*Porque vivemos hoje num Portugal muitíssimo melhor do que o Portugal de 74/75. Isto de, por termos problemas, pegar uma esponja e apagar o trabalho muito importante, de tantos governantes deste país, que transformaram um país atrasado em tantas coisas de antes de 74/75, num país moderno e que faculta muito mais qualidade de vida a todos nós, é de facto um ato da pior demagogia que se pode ter na vida e na política. Está tudo mal? Não. Está tudo bem? Não. Há muitos problemas para resolver e alguns passou por eles? Sim. Mas não pode ser com demagogia. Deve ser com verdade e com consequência. E há uma verdade do Portugal de 2021. — é muitíssimo melhor que o Portugal de 1974/1975.*

*E esse trabalho tem muito a ver com o trabalho de muitos governos de Portugal, tem a ver com as muitas Câmaras municipais de Portugal, tem a ver com a União Europeia a que pertencemos, que fizeram um notável trabalho para hoje sermos muito melhor do que éramos. Não nós, país. Nós gente. Porque é a gente que justifica a existência do país.*

*Pegar nisto de dizer meia dúzia de coisas, que está tudo errado, que é tudo corrupto e não sei quê!?! Enfim essa é a pura demagogia que eu censuro, da extrema-esquerda à extrema-direita.*

*Quanto à sua competência de representante dos taxistas, pois fica consigo. Nós temos um canal direto com os nossos taxistas. Conhecemo-nos bem, falamos bem uns com os outros. A maior parte do que disse não tem pés nem cabeça. E, portanto, vamos continuar a tratar com os nossos taxistas com toda a lealdade, as questões que estão resolvidas, como essa velha problemática da praça de táxis da estação e do sanitário. E outras questões de ambições de novas praças de táxis é com eles que vamos continuar a trabalhar. E continuamos a trabalhar, não sei se viu uma campanha nas portas dos nossos táxis, que foi paga pela Câmara no quadro do programa de apoio à atividade económica no quadro do combate à COVID-19.*

*Marta Dutra, em relação à nossa Veterinária municipal, enfim, só para que a asneira não fique solteira até ao ponto 7, dizer-lhe que o que disse é mais uma mentira. Enfim, que acontece muitas vezes da vossa parte. A Senhora Doutora Nair a quem muito agradecemos o seu trabalho de grande qualidade, que durante 2 anos aqui desenvolveu na nossa Câmara, decidiu candidatar-se a um concurso do ICNF, decidiu começar a fazer um doutoramento na Universidade de Coimbra numa área que não tem nada a ver com Medicina Veterinária, e obviamente, está bem, sabem o que é que dá quando se trabalha no ICNF nesta matéria dos animais de companhia. E pronto e a Senhora Doutora teve a opção de se candidatar a um concurso. Ganhou, seguramente com todo o mérito. O ICNF contratou vários médicos veterinários em todo o país. No caso, o nosso ICNF Direção-geral do Centro contratou dois. A Dr.<sup>a</sup> Nair ficou em 2º lugar no concurso. Repito, seguramente com todo o mérito, como tinha ganho o nosso concurso. E a única coisa que lhe desejamos é muitas felicidades e agradecemos muito o excelente trabalho que fez. Não há nenhuma demissão, nem zanga, nem coisíssima nenhuma.*

*Dava muito jeito ao PAN, mas enfim, o PAN é bom que fale verdade e nos ajude a arranjar outro veterinário para vir trabalhar. Já estamos à procura dele como é evidente. E, portanto, esta é a verdade objetiva e não qualquer outra que tenha de parecido com aquilo que disse.*

*O que houve de anormal, e eu apresentei um protesto formal, é que o ICNF apresenta as listas definitivas no dia 17 de Novembro, dá a conhecê-las aos candidatos ao concurso nesse mesmo dia, nós somos informados pela doutora Nair no dia imediatamente a seguir, dia 18 de Novembro, e o ICNF convoca que as pessoas para começar a trabalhar no dia 22 de Novembro. Eu protestei, com a excelente relação que tenho com o excelente Presidente do ICNF Eng. Nuno Banza, porque entendo que não é assim. Que entidades públicas que trabalham umas com as outras, nunca na minha vida, nem como presidente da Câmara de Aveiro, nem como presidente da Câmara de Ílhavo, ganhando um concurso ou fazendo uma mobilidade entre instituições, um funcionário de outra entidade seja recrutado sem concertarmos com a outra entidade pública a data para se começar. Mas pronto o ICNF tem urgência em começar a trabalhar nesta matéria. Nós só esperamos que trabalhe.*

*Temos uma certeza, o outro técnico que ganhou o concurso não o conheço, mas o ICNF tem uma excelente a médica Veterinária e eu espero que agora o PAN também ajude com os poderes tão pesados que tem nesta matéria dos animais de companhia, ajude com a sua pressão política o ICNF a trabalhar bem esta matéria, até para aliviar o peso que está totalmente em cima das Câmaras Municipais.*

*Que de futuro o ICNF assuma as suas responsabilidades como a DGAV assumia, enfim, nesta coisa muito original que o Governo teve de colocar mais uma entidade a tratar dos animais de companhia, mantendo a DGAV com algumas competências ainda e agora temos também o ICNF, embora ainda ninguém percebeu o que é que vai fazer o ICNF.*

*Espero eu, que rapidamente com o que é que contamos em termos de trabalho por parte do ICNF nesta área dos animais de companhia.*

*À Celme dizer que a MUBI para nós é um satélite do Bloco de Esquerda. E, portanto, não ligamos nenhuma ao que a MUBI diz. É um microfone do mesmo Bloco de Esquerda, portanto, para nós não tem qualquer tipo de relevância.*

*Com a ACAPO não. Trabalhámos com a ACAPO eles sabem bem tudo o que estamos a fazer, enfim, e algum dos cidadãos que se sintam incomodado por uma qualquer das docas que estamos a instalar na via pública, no espaço público que diga. É nossa profunda convicção que nenhuma das docas que estamos a instalar incomoda seja quem for. Mas obviamente a MUBI como satélite do Bloco de Esquerda, obviamente tudo incomoda a MUBI e isso faz parte da genética do Bloco de Esquerda.*

*Quanto ao Ernesto Barros dizer apenas ao Ernesto que, enfim, era um dia difícil para o Senhor Presidente da República e seguramente para os dirigentes da Renault, até porque o Senhor Presidente teve muito pouco tempo para estar ali. Lembramos, era dia de votação do Orçamento do Estado, sabendo-se de antemão que é que já ia acontecer, mas obviamente o Senhor Presidente da República tinha sobre ele uma pressão brutal. Aliás, as muitas perguntas que os jornalistas fizeram na conferência de imprensa, ainda lá dentro da Renault, nenhuma teve a ver com a Renault. Quanto mais com a pessoa que era Presidente de Câmara quando o Governo português negociou Governo francês a vinda da Renault. Mas isso não retira a sua luta que foi muito importante nessa luta, do DR. Girão Pereira.*

*Enfim, com todo o respeito e concordância pelo que disse, não é essa omissão que apaga o importantíssimo papel do Presidente Girão Pereira nesse dossier. Eu apenas perdo-o a falta de referência, pelo menos a estas pessoas, aos dirigentes da Renault e ao Presidente da República, porque a visita foi muito curta, teve muito pouco tempo e a pressão sobre eles era o que é que ia acontecer, não exatamente a votação, mas tudo o que era o pós a votação do chumbo do Orçamento do Estado.*

*Quanto ao Hospital. Alguns de vocês falaram, o Ernesto, O Calafate, o Manuel Prior. Devo dizer-vos duas ou três coisas. Se lermos com atenção o tal texto da Distrital do Partido Socialista é sempre a mesma pessoa que escreve estas coisas sem pés nem cabeça. Mas se lermos o texto, o texto está tranquilamente em linha com o parecer da CIRA sobre o PT 20/30. Completamente. Aquilo que está dito no nosso parecer e não está minimamente contestado no tal famoso texto da Distrital do Partido Socialista, é que a tipologia de infraestrutura hospitalar não é elegível ao Portugal 20/30. O texto da posição política do partido socialista não desmente isto. Porquê? Porque, obviamente, demagogos são, mas enfim o nível de mentira não vai assim tão longe. Não está lá escrito.*

*Portanto eu e os meus colegas presidentes de Câmara da CIRA e várias outras posições públicas de chamar a atenção dos defeitos do Portugal 20/30 são imensas. São imensas por todo o país. E uma delas está repetida por muita gente. Não se admite, é um erro absurdo que o Governo tem que corrigir, que em 23 mil milhões de fundos comunitários no PT 20/30, não haja vários milhões, os nossos 180 e mais, porque não é só em Aveiro que há necessidades desta tipologia de infraestruturas hospitalares, há mais. Isto não tem pés nem cabeça.*

*Mais. Quando nós somamos aos 23 mil milhões do Portugal 20/30, os 17 mil milhões do PRR, com a exceção para um Hospital da linha de Sintra, a lógica é a mesma — isto é um dos escândalos de falta de respeito para com os portugueses. Porque o PRR nasce por causa da pandemia. A pandemia evidenciou problemas graves, novos, além daqueles que já conhecíamos, de incapacidades, de fragilidades, da nossa estrutura hospitalar do SNS.*

*E a conclusão disto é que não há um tostão de fundos comunitários, destes 40 mil milhões, para resolver este tipo de situações no SNS.*

*Desculpem lá, mas isto é de facto grave demais. E a nossa luta Casimiro, não tem que dar parabéns, não ganhámos nada. Os seus parabéns eu recebo-os como estímulo e vamos*

*continuar a lutar, porque é lutar pela nossa gente, é lutar pela primeira das prioridades na Saúde.*

*Fomos ao radicalismo de dizer que se não houver fundos comunitários para mais nada na Região de Aveiro, tem que haver para o nosso Hospital.*

*Os interesses são muitos e são complexos. Eu sempre disse que esta luta é muito difícil. Há muitos interesses geográficos, de classe, de setores empresariais, há muitos interesses contra. Mas nós temos de ser mais fortes. Agora não ajuda nada estes demagogos de segunda categoria, que fazem textos que são ridículos, porque não nos ajuda a conseguir o Hospital para Aveiro para os aveirenses.*

*É esta a luta que nós vamos continuar e que apelo, nomeadamente, não exatamente aos deputados que ainda estão em exercício, mas aos novos que vão ser eleitos, do Partido Social Democrata e do Partido Socialista, que nos ajudem. Mas que ajudem à sério. Porque este não é um processo do PSD contra o PS. Não tem nada a ver com nada disso. Nós temos muitos adversários nesta luta e eles não estão aqui nestas bancadas nem nos partidos.*

*Embora às vezes algumas ingenuidades ou alguns interesses politiqueros desse Senhor que às tantas só está preocupado em que lugar é que vai na lista para continuar a ser deputado, e está fora dos interesses dos cidadãos.*

*Nós já lutamos há tempo demais por isto, para faturar demagogias vergonhosas como aquela que está no texto do Partido Socialista. Já há dinheiro para o projeto, nem interessa. Porquê, porque o Ministério da Saúde anda há dois anos para aprovar os termos de referência para o Centro Hospitalar do Baixo Vouga e possa lançar o concurso para contratar projeto.*

*Mas o problema nunca foi o projeto. A Câmara chegou a oferecer-se para tratar dessas peças. A questão é garantirmos neste quadro de fundos comunitários que há dinheiro para fazer a obra. Porque projeto esse não é o problema. Os 5 milhões para o projeto a gente arranja. No Orçamento do Estado ou no PT 20/30 que já o tem guardado há muito tempo ou na Câmara, isso arranja-se. O problema é onde estão os 180 milhões para construir?*

*Diz este Senhor “vai ser no Orçamento do Estado”. Não gozem connosco! O Orçamento do Estado não vai ter nenhuma condição para negociar coisas destas.*

*Era no PRR. Não, no PRR não, porque será no PT 20/30. Agora é no Orçamento. Não vale a pena. Chega de mentiras. Precisamos de verdade, seriedade, temos que fazer esta luta todos os aveirenses. Esta não é uma luta do partido A ou do partido B. Esta é a nossa luta. A primeira de todas as várias que temos pela frente. Mas esta é a principal de todas elas.*

*Quanto à questão do Centro de Saúde, só dizer o seguinte. Nós sempre trabalhamos em equipa com o Governo, com o Ministério da Saúde, no combate à covid. E não vamos abandonar essa equipa. Houve coisas más, houve problemas, com certeza. Mas não vamos abandonar essa equipa. O centro de vacinação foi instalado de comum acordo e foi desativado de comum acordo. Apenas padecendo de uma doença que é isto do otimismo nacional. É inacreditável que não se tenha visto que o risco de uma nova vaga neste fim de outono-inverno era objetivo. É inacreditável e mau de mais. Obviamente que já estávamos a vacinar muito pouco. Já tínhamos semanas em que não havia vacinação. Tínhamos dias, tardes, em que estavam lá as pessoas para trabalhar e contavam-se pelos dedos das mãos quem ia ser vacinado.*

*Mas desativámos de comum acordo. Não era mais preciso. O pouco que vai ser preciso é nos Centros de Saúde e pronto. Nós vamos embora fazer Agrovouga, fazer coisas que lá temos que fazer, como o Congresso da ANMP, portanto é este o quadro.*

*Mas dizer que a equipa técnica do nosso ACES visitou o Estádio Municipal para ver se é aquela a solução melhor. Porque voltou a estar claro esta semana, depois de mil telefonemas e conversas, que é preciso. Não é por causa da reportagem da SIC até porque a reportagem da SIC não contou a história toda. Porque um dos problemas não é só a malta*

*que está na fila. É que à sexta-feira estão marcadas 600 vacinas e a equipa prepara para vacinar 600 pessoas. Só que a sexta-feira chega um mail com mais 600 pessoas. Está montada uma operação para vacinar 600 e chegam 1200 e, obviamente, fica-se na fila duas horas, três, quatro horas. Portanto nem tudo é culpa das instalações. Até porque com sorte tivemos um Outubro de verão e um Novembro já com frio, mas com muito pouca chuva. Mas agora não é mais possível. Portanto há aqui várias componentes.*

*Estive esta semana a trabalhar com o nosso Secretário de Estado João Paulo Rebelo, que é coordenador Covid para a Região Centro, com a nossa Delegada de Saúde, estamos na equipa. As nossas instalações estão como eles sabem ao dispor. Dissemos quando desativaram, olhem se um dia precisarem estamos ao dispor. Há várias soluções. Esta semana entenderam é melhor ponderar. Eu só digo uma coisa e também lhes disse nos telefonemas, é o cumulo não se assumir de uma vez por todas que vamos ter que ser todos vacinados com a terceira dose. Começaram nos 85, agora vai nos maiores de 65, mas depois irá aos 50 depois para os 40, vamos ser todos.*

*As crianças é mais semana, menos semana, vão ser todas vacinadas. Estamos à espera de quê? Vamos então lá preparar a instalação em condições para vacinar toda a gente. Deixemo-nos de otimismo socialista. Se houver o milagre de que o Covid vai desaparecer ali para o dia 10 de Janeiro, por exemplo, por ajuda de São Gonçálio, ó pá, porreiro, pá! Como diria o outro. Desativámos o centro de vacinação, qual é o problema, siga a marinha. Mas olhem é melhor estarmos prevenidos.*

*Portanto estas eram as questões principais, apenas dizer ao Pedro Silva que, a sua energia e o dinheiro são muito urgentes no Bairro do Griné e do Caião, onde há 300 famílias que vivem de uma forma vergonhosa. E essa malta que anda por aí a apregoar os milhões todos em vez de tratar de quem é seu inquilino e está completamente ao abandono, é bem mais interessante do que esse seu discurso. Obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do artigo 35.º do Regimento:[027](#)

*“Senhor Presidente, peço para intervir em defesa da honra. Sim, porque o Sr. Presidente Ribau Esteves afirmou perante esta Assembleia que eu vim aqui faltar à verdade. Eu lembro-me perfeitamente daquilo que disse, de forma assertiva e empática eu não afirmei, eu questionei. Que é isso, é uma das nossas funções por estar aqui representados. Uma das funções (como outro colega já hoje disse aqui) dos deputados desta assembleia é o dever de fiscalizar e questionar. Portanto isso em nada é faltar à verdade!? Portanto começamos mal Senhor Presidente se começamos já assim.*

*Também gostaria de relembrar e isso foi algo que eu já disse na primeira sessão, quando discutimos o Regimento, ficou uma pergunta por responder. Gostaria de saber se a mesma será respondida no período da ordem-do-dia ou se é mais uma que fica em esquecimento.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[028](#)

*“Bem, quero deixar claro que eu não desonrei a Sr.ª membro da Assembleia Municipal – nunca na minha vida! Por uma questão de princípio nunca desonrarei nem Vexa nem ninguém. A disputa política tem de ser alegre e aberta. Mas desonrar, nem pense nisso. Pode dormir tranquila que eu nunca farei semelhante coisa.*

*Tem a ver da forma como pergunta. Porque Vexa é uma pessoa inteligente e não fez a pergunta de forma impensada. Devia ter perguntado: senhor presidente a nossa veterinária foi-se embora, porquê? Não. Teve o requinte de perguntar se é verdade que a senhora veterinária pediu a demissão por não ter condições de trabalho, por não ter canil! A sua formulação da pergunta não é uma forma ingénua.*

*Portanto eu não a desonrei, mas abordei a forma estruturalmente mentirosa da sua pergunta e que não desonra em nada a Marta Dutra, que eu respeito com todo o cuidado, mas com a total discordância política nomeadamente na abordagem à saída, à cessação do contrato da Dr.ª Nair, que foi trabalhar a partir do dia 22 de Novembro no ICNF. Quanto à outra questão eu responderei no ponto 7 da nossa ordem de trabalhos.”*

### **Ponto 1 - Apreciação e votação do PAM - Programa de Ajustamento Municipal - Pedido de Cessação e Minuta de Adenda ao Contrato de PAM celebrado entre o Fundo de Apoio Municipal e o Município de Aveiro.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 18/11/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara<sup>029</sup> para apresentação dos documentos em epígrafe.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>030</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente. Eu nem preciso do tempo regimental para nada porque este é mais um passo do longo caminho que abordámos aqui muitas vezes, como é óbvio, e este é o último passo. Falta esta deliberação da assembleia que seguramente aprovará esta minuta, e para a semana assinaremos o contrato de cessação com a Direção do Fundo Apoio Municipal e ato imediato segue para Visto Tribunal de Contas. E teremos seguramente o Visto do Tribunal garantido para que termine com a total formalidade o nosso contrato Programa da recuperação estrutural.*

*Vai continuar o nosso contrato de empréstimo que obviamente tratamos como um contrato de empréstimo normal. Temos obrigações de plano de pagamentos de capital e juros como é evidente e, portanto, cumprimos em absoluto esse programa. Poderemos pôr a hipótese no caminho fazer algumas antecipações a esse plano, mas será a gestão que o vai decidir. No mínimo faremos o cumprimento absoluto do que está contratado.*

*E pronto, cessa o PAM, que foi um bom programa, muito útil, mioto dolorosos, nomeadamente na sua fase inicial de implementação, com subida de impostos, das políticas de racionalização da Câmara municipal, fim das empresas municipais, enfim, temos esse percurso todo bem anotado na nossa vida de autarcas, na nossa vida de cidadãos nesse processo.*

*A única nota de lamento é que este processo demorou tempo demais porque a plataforma da DGAL foi desativada. Tem uma nova plataforma que ainda hoje não está pronta. Portanto, houve problemas na tramitação da confirmação formal do cumprimento do rácio que é dado pela DGAL, transmitindo essa informação para o Fundo de Apoio Municipal e o próprio fundo teve ali algumas dúvidas sobre que peças e que são necessárias para completar o processo. Porque vamos ser o primeiro município a sair do programa. E, portanto, pronto, este conjunto de circunstâncias levou, eu diria que 6 meses mais daquilo que estava previsto. Porque sabemos que saíamos logo que integrámos o saldo aqui em Fevereiro, confirmámos isso em absoluto quando aqui aprovamos as Contas em Abril, e obviamente aquilo que tínhamos perspectivado é que esta decisão que estamos agora aqui a tomar pudesse estar tomada em Junho ou Julho, mas, enfim, as circunstâncias levaram a que fosse agora.*

*Não passa nada, apenas pressionámos muito Fundo para termos este processo terminado antes de aprovarmos o nosso Plano e Orçamento, porque, como sabeis, em bom rigor formal ele devia ter parecer prévio do Fundo, mas, enfim, não faria sentido obtê-lo uma vez que por questões que tem a ver com o funcionamento da DGAL que nós tivéssemos ainda esse cumprimento formal de avaliação. E, foi isso também que acordámos com o Fundo. Daí o nosso ponto 8 da ordem de trabalho é o nosso Plano e Orçamento sem o parecer prévio.*

*Por isso entendemos, pelo menos no ato político que a Assembleia aprove esta cessação antes de aprovar o Plano e Orçamento, por um simbolismo político, porque, no bom rigor formal nós só cessamos O PAM no dia em que tribunal nos emitir o Visto deste contrato. Após a aprovação da minuta, assinarmos com a direção do FAM, só ainda não acertámos o dia e a hora, mas que o faremos na próxima semana para envio imediato para o Tribunal de Contas.*

*Queria deixar uma palavra nesta introdução de agradecimento a todos pelos contributos que tiveram neste processo, e hoje, especialmente ao FAM, ao Dr. de Miguel Almeida, seu presidente, à Dr.<sup>a</sup> Carla e ao falecido Dr. Manuel, por todo o trabalho. A equipa técnica que foram sempre disponíveis, empenhados, como nós, em resolvermos o problema grave em que estávamos metidos e, portanto, quero hoje neste último ato formal que praticaremos ligado a este processo, deixar essa palavra pública de profundo agradecimento ao Fundo de Apoio Municipal. O seu Presidente e a toda a equipa dirigente e técnica, que foram um parceiro fundamental para que este processo tivesse corrido bem e para que estivéssemos aqui a dar o último passo formal de fechar esta etapa da nossa vida.*

*Estarei obviamente ao dispor para o que entenderem. Muito obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[032](#)

*“Boa noite Senhor Presidente, Senhores deputados, e quem esteja a assistir. Eu não posso esconder que tenho uma sensação mista entre a discussão deste ponto e a votação do mesmo. É evidente que quando chega ao fim uma discussão que espartilha de facto o dia-a-dia dos aveirenses nós não podemos deixar de registar essa situação, embora tenhamos algumas considerações a fazer a este propósito.*

*Uma é em relação ao atraso do fim deste processo do PAM. Várias vezes dissemos que havia condições antes para sair, o Presidente tentou agora explicar as razões porque não se saiu então, só que essas explicações eram devidas logo na altura, não era preciso guardar segredo das diligencias que estavam a ser tomadas e foi-se respondendo com silêncios às interrogações que outros aqui colocaram além do PCP.*

*O que vamos hoje aqui votar não significa o fim do FAM. Significa o fim das condições do PAM na gestão da Câmara. Iremos apreciar em detalhe qual é a situação da dívida, porque a dívida não acaba, a dívida continua e tem de ser paga. Quando fizermos a discussão do Plano e Orçamento veremos então qual é a situação de facto.*

*A dívida não passou a excelente! Melhorou um bocadinho, mas não passou a excelente a situação financeira.*

*Queria ainda sublinhar que o que obrigou a Câmara a recorrer ao Fundo de Apoio Municipal, posso dizer que em parte foi por não terem sido ouvidas alertas do PCP ao longo de décadas.*

*O PCP declarou como desastrosa a entrega a privados da recolha do lixo feita em tempos pelo CDS-PP com um contrato absolutamente inaceitável com a SUMA e o PCP alertou várias vezes para a necessidade de alterar esse contrato ou mesmo do cessar e aquilo que aconteceu sempre foi que quando esta Câmara em que o contrato com a SUMA foi*

*terminado foi feito outro contrato com a VEOLIA. Portanto tentando apresentar uma melhoria na situação com os custos, mas não apresenta aqui aquilo que nós apontávamos desde o início, que era os serviços municipais assumirem e nunca terem deixado de assumir esta tarefa. Teríamos poupado milhões todos os anos e estaríamos hoje noutra situação.*

*Segunda questão sucessiva, foi a criação de Empresas Municipais que serviram para agudizar a situação financeira. Contra as quais nós repetidamente interviemos. A constante sob-orçamentação das Contas municipais que abriu caminho para muitas despesas sem garantia de recebimento das receitas. A construção de um Estádio que tal como avisámos seria um elefante branco se o Beira-Mar não crescesse do ponto de vista desportivo e assumisse parte dos custos da gestão do Estádio. A concessão a privados das Águas do Carvoeiro. Enfim, são décadas de questões que o PCP alertou, algumas já reconhecidas e corrigidas na prática, mas que se tivessem ouvido o PCP na altura talvez não tivéssemos chagado à situação financeira que nos obrigou a recorrer ao PAM. São décadas de contributos constantemente ignorados embora sejam mais tarde reconhecidos.*

*A situação que permite dizer adeus às restrições do PAM não é um milagre. Não é o milagre de um santo milagreiro nem de ninguém aqui.*

*Tenho registado dois números. Os impostos municipais passaram de 19,3 milhões de euros em 2014 para 32,42 milhões de euros em 2021.*

*Portanto, mais impostos diretos da autarquia (taxas, multas e penalizações) de 0.7 milhões para 4.64 milhões.*

*Só nestas duas rubricas vai de 20 milhões para 37 milhões apenas nestas duas rubricas de receitas.*

*Portanto nós não confundimos o cobrador com quem pagou. O cobrador de impostos exerceu a sua função, mas quem pagou os desmandos foram os aveirenses e as atividades económicas aqui desenvolvidas.*

*Portanto faltou ao Senhor Presidente nos agradecimentos que fez à pouco, faltou fazer o agradecimento ao enorme esforço que os municípios aveirenses e as atividades económicas fizeram para que fosse possível chegar a esta situação.*

*Falta agora ver a continuidade. A saída do PAM não significa que o futuro seja um mar de rosas. É muito importante não termos as limitações impostas e poder operar no fundo com a nossa vontade. Mas tem de haver futuro. Já com a discussão nesta assembleia da Derrama, da taxa do IMI, da participação no IRS, tudo aquilo que no concreto tem a ver com as receitas municipais estaremos aí para participar nessa discussão.”*

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[033](#)

*“Boa noite Senhor Presidente. Só para declarar que iremos votar a favor, mas lamentamos que o processo tenha demorado tanto tempo.”*

Vogal Ivo Angélico (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[034](#)

*“Boa noite caro Presidente da Assembleia, caros membros do executivo, caros membros da Assembleia, caros cidadãos. O Bloco de Esquerda foi contra a adesão da Câmara ao programa de ajustamento e hoje, naturalmente, irá votar a favor da saída do PAM.*

*Esta saída será tardia e com opções diferentes por parte do executivo poderia ter sido feita mais cedo. O PAM foi uma criação do Governo de Passos Coelho que obrigou os municípios aderentes e que estavam endividados a subir para o máximo todos os impostos, taxas e tarifas e ainda a redução e privatização de serviços públicos e a venda de bens.*

*O Governo do PS, apesar das várias propostas do Bloco, nunca alterou decisivamente a lei e a única vitória que se teve neste tempo foi a possibilidade de redução do IMI.*

*Deixo aqui uma nota, já que referi o PS, o PS no Governo ou aqui no concelho nunca apresentou alternativa de apoio ao PAM, e é pena que não estivessem coordenados porque representaria uma melhoria para a vida dos aveirenses. E não estejam assim coordenados e na apresentação do programa do primeiro direito que foi criado pelo Governo do PS, o PS de Aveiro tenha rejeitado a proposta do programa.*

*Regressando à questão do PAM. O PAM representa austeridade, mas Ribau Esteves não precisou do PAM para criar essa austeridade. Mesmo antes disso, já o executivo tinha aumentado os impostos para o máximo e o mesmo agora o PAM, haveria condições, opções diferentes para se retirar antes deste programa, mas para isso teria sido necessário eliminar a narrativa de que os impostos teriam que se manter elevados.*

*Deixo alguns exemplos concretos do antes e depois do PAM e de Ribau Esteves. Em 2013 tínhamos 21 milhões em impostos e com Ribau Esteves os impostos chegarão aos 40 milhões e agora rondam os 35 milhões. O IMI de 2013 eu estava nos 11 milhões agora está à volta dos 19 milhões. O caso da tarifa de Resíduos em que por cada euro real de custo a Câmara Municipal cobra uma taxa de 1,57 euros à população.*

*Concluindo, esta saída do PAM é tardia. Podia ter sido feita mais cedo para libertar os aveirenses de uma carga fiscal abusiva, mas tal como aumentou os impostos antes Ribau Esteves preferiu esticar a duração do PAM para continuar com a narrativa de que os impostos têm que ser elevados por causa do PAM.”*

Vogal Ernesto Barros (CDS)<sup>035</sup>

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>036</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Com a aprovação deste contrato administrativamente termina o PAM, sendo que na prática em Tesouraria vamos continuar a pagá-lo enquanto a dívida durar. Mas coloca-se na minha opinião um ponto final, uma pedra sobre o assunto tantas vezes discutido da dívida. Quem criou a dívida, quem não fez dívida, enfim. Agora temos que olhar e pôr isto na biblioteca numas prateleiras para pôr lá umas resmas de documentos e olharmos para a frente. Agora temos de olhar para a frente porque acho que é uma conversa que não vale a pena continuar. O que é um facto é que dos municípios que aderiram ao PAM Aveiro foi o único, até agora, que já saiu. O que prova que tendo todos as mesmas ferramentas, os mesmos aumentos de impostos que que a esquerda radical e a extrema-esquerda falam, os outros não conseguiram e Aveiro conseguiu. E também quando ouvimos falar deste aumento de impostos, é evidente que se esquecem, por exemplo, nos impostos que tem a ver com o património, o aumento do património edificado na cidade de Aveiro e no município desde 2013. Era bom que fizessem comparação com os mesmos dados. Havia X número de habitações em 2013, pagavam X o mesmo número de habitações em 2021 pagam Y. Não é agora temos mais umas centenas, não sei exactamente o número de unidades de habitação, unidades comerciais, obviamente contribuem para o aumento da Receita.]*

*Quero dar os parabéns à Câmara, ao Senhor Presidente, a toda a equipa, porque este é um trabalho de equipa que envolveu não só os decisores políticos, mas também o quadro de pessoal nomeadamente divisão financeira da Câmara, presumo que terão sido os que andaram mais a tratar deste assunto. E Aveiro agradece que daqui para a frente este capítulo seja encerrado e olharmos com outro otimismo para o futuro. Disse.”*

Vogal António Salavessa (PCP)<sup>037</sup>

Vogal Jorge Greno (CDS)<sup>037</sup>

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>038</sup>

*“Muito obrigado senhor Presidente, boa noite. Na sua pessoa cumprimento todos presentes aqui na Assembleia e também aqueles que assistem à sessão em casa. Relativamente a este ponto, a bancada do Partido Socialista gostaria de deixar três notas. A primeira nota é obviamente uma nota de aprovação relativamente àquilo que aqui se vai decidir. O Partido Socialista esteve ao lado desta solução. Digamos que não era a solução única e inevitável, mas isso não obvia a que o Partido Socialista tenha estado ao lado desta solução e, portanto, este é o epílogo esperado para a mesma. Sendo que vamos aprovar um pedido de realização de nova minuta que apenas contempla o empréstimo e a liquidação do mesmo. A segunda nota tem a ver com o facto de nós ter-mos reiteradamente referido que era possível ter saído mais cedo no tempo apesar dos problemas da plataforma. O Partido Socialista sempre afirmou isso e penso que não andou enganado, mas enfim, estamos a chegar ao fim deste processo, embora o Partido Socialista tenha dito que isto podia ter sido feito mais cedo e não foi. E, portanto, foi a opção política da Câmara, que nós respeitamos, discordamos, mas respeitamos.*

*A terceira e última nota tem a ver precisamente com o que deriva desta segunda. Que é o que é que resulta daqui? Ou seja, na linha do que estava a dizer, não só o que resulta, mas que podia ter resultado. E este processo tem pelo menos de forma simplista, embora relevante, dois impactos. O primeiro para a Câmara Municipal porque obviamente deixa de estar condicionada a um conjunto de restrições que estavam impostas pela adesão ao programa, esse é o primeiro impacto. Um segundo impacto tem a ver com aquilo que é esta a nova vida, digamos assim, pode significar para os cidadãos. E, portanto, confesso que da leitura daquilo que são os vários elementos conexos, não só ao FAM mas a outros aspetos, nós esperaríamos que, fazendo uma ressalva, que em primeiro lugar sem as restrições do FAM e com o elevado Saldo de Gerência, que penso a Câmara continuará a ter, e com taxa de execução das GOP relativamente diminuta, conjugando todos estes fatores, a nossa expectativa é que tendo a câmara disponibilidade financeira, sem pôr em causa a sustentabilidade financeira, teríamos a expectativa de que fosse possível, não só a câmara beneficiar do impacto que resulta desta mudança, mas que também os cidadãos pudessem ter já em 2022.*

*Obviamente que nós vamos discutir esses pontos mais tarde e isso não se verifica, tanto como quanto me pude aperceber ao consultar alguns dos documentos que digamos vamos ter mais a frente. Portanto são estas as notas que Partido Socialista gostava de deixar.*

*De acordo com o processo e com o fim dele, sendo que devia ter acontecido mais cedo e terceiro os impactos no funcionamento do executivo. Obviamente que sim, porque terá um articulado do contrato que deixa de existir. Tínhamos a expectativa de que o impacto sobre os cidadãos, sei que poderá vir a acontecer, mas tínhamos a expectativa de que o mesmo se verificasse a mais curto prazo e, portanto, deixamos apenas esta nota. E obviamente acompanharemos a votação favorável para aquilo que está aqui a ser submetido a sufrágio.”*

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)<sup>039</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>040</sup>

*“Boa noite. O PAM foi segundo o Vereador do Partido Socialista na altura, fruto dos melhores documentos produzidos pela Câmara Municipal de Aveiro. A adesão ao FAM permitiu à Câmara Municipal juntar toda a dívida, estabelecer um programa de pagamento, conseguindo executivo ir pagando a dívida e controlar a gestão da despesa corrente, investir no material no imaterial e nas pessoas. De realçar que a boa gestão deste executivo*

*permitiu cumprir e antecipar em vários anos o seu prazo. O fim e a cessação do contrato do PAM levam-nos a um ponto que temos de continuar neste caminho. O caminho do pagamento da dívida. A dívida ainda se mantém em valores muito altos. Temos de continuar controlo de gestão corrente, investir para melhorar claramente a qualidade de vida dos aveirenses. Investir como nunca se investiu nas escolas, na saúde, as associações, no fundo investir naquilo que as pessoas precisam.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>042</sup>

*“Obrigado a todos. Há uma questão que fica aqui, independentemente de estarem certos os números do Salavessa ou do Alexandre. O instrumento do aumento da Receita era instrumento obrigatório para nós resolvermos este nosso problema.*

*Obrigatório a dois níveis. Desde logo obrigatório no quadro legal que tínhamos ao nosso dispor que como disse o Francisco Picado, era a única solução não havia outra. E num quadro normal de recuperação de um problema financeiro da nossa natureza, não há outra volta a dar. Nós tínhamos que aumentar a receita rapidamente, tínhamos que reduzir a despesa rapidamente.*

*Tivemos de reestruturar a despesa rapidamente. Relembro que no primeiro mandato saíram da Câmara 230 pessoas. Das 800 com que começámos em 2013 eram 570 no final desse mandato. E, portanto, não há outra solução estas coisas fazem-se assim.*

*Depois aquela perspectiva de que não é assim! Então, mas se não é assim como é que é? A opinião de alguns é sempre a mesma coisa. Reduzir impostos e pedir dinheiro ao banco, não pagar. Quer dizer, não vale a pena. Este é o caminho, isto foi o caminho, do bom senso da gestão e obviamente do quadro legal que tínhamos no país à data. Nós chegámos à Câmara e começámos logo a fazer uma Auditoria interna. Auditoria terminou no início do mês de Fevereiro de 2014. Sabíamos aí, ainda não com a absoluta exatidão porque as descobertas não acabaram aí, porque as misérias da Câmara foram ainda aparecendo ao longo dos anos, mas ficámos com uma fotografia muito clara. E o exercício que nós fizemos com base naquela fotografia, foi começar a tomar medidas imediatamente.*

*Na altura estava-se a produzir a lei. A lei foi publicada em Agosto de 2014. Era o que mais faltava. Só se fôssemos bloquistas e maus gestores é que ficávamos à espera de Agosto. Mas assumimos, não, não, é preciso dar à perna.*

*E como dizia o velho ajunto do Capitão Salgueiro Maia “é o que vier a seguir”. Nós estávamos a negociar com o Governo a Lei FAM e, obviamente, fomos percebendo qual ia ser o instrumento legal e fomos trabalhando, era o que mais faltava. É como ser membro do Comité das Regiões e a legislação de Fundos Comunitários passa no Comité das Regiões dois anos antes de passar em Portugal e isso permite-nos ir percebendo antes o que é que vai acontecer e vamos reestruturando a nossa ação.*

*É assim que se trabalha. Foi nesse quadro que nós acedemos ao apoio transitório de urgência e pronto, e que depois usámos este instrumento. E, portanto, foi assim e isto fez muito bem às pessoas. Nós tínhamos 1200 empresas, cidadãos, associações, juntas de freguesia, a quem a Câmara devia 150 milhões de euros! Algumas com dívidas com mais de 20 anos de idade. E deu muito jeito a essa gente toda termos pago esse dinheiro. O dinheiro foi para as pessoas, para as empresas, para as associações. As instituições são dos seus sócios, precisam de ajuda, e a Câmara tem que honrar os compromissos assumidos se não arranjamos problemas às associações. O dinheiro foi para eles porque lhes devíamos dinheiro. Nós não devíamos dinheiro a ETs. Nós devíamos dinheiro a pessoas e, portanto, este dinheiro dos impostos que aumentámos, tivemos que aumentar, independente dos números não estejam os mais corretos, mas foram fundamentais para resolver este problema. Pagar as dívidas às pessoas e para fazermos coisas, para quem, para as pessoas.*

*Portanto foi este o quadro em que trabalhámos e com muito gosto e que temos este resultado muito, muito feliz.*

*Podia haver outro caminho? Não. Podia haver outro caminho como disse o Francisco, como o PS disse com clareza, façamos menos obra e pagamos mais depressa. OK. Mas nós achamos que não. E sentimo-nos bem com o que fizemos. Mas era possível o caminho que o Partido Socialista apontou? Claro que era possível. Mas nós achámos que esse não era o melhor caminho para fazer bem às pessoas e foi este o caminho que achamos bem e que correu bem e que os nossos cidadãos também acham que correu bem. E isso é o mais importante da democracia. Porque quem manda mesmo são os cidadãos e assim o deixaram claro na eleição autárquica de 2017 e voltaram a deixar claro na eleição autárquica de 2021.*

*A outra questão que eu gostava de referenciar Salavessa, nós nunca guardámos segredo. A única questão e que disse sempre, que só tratei publicamente quando chegar o Visto do Tribunal de Contas, quando este processo terminar, é explicar plenamente a estratégia de gestão Financeira e Orçamental, porque a oposição, vocês ainda não perceberam, nunca perceberam plenamente a nossa estratégia. E eu disse, eu explicar isso no dia em que chegar o Visto do Tribunal de Contas.*

*Porquê há uma nuance importantíssima da nossa gestão financeira, que foi feito obviamente cumprindo a lei e em trabalho sempre articulado e de equipa com o Fundo de Apoio Municipal, que a nossa oposição ainda não percebeu. Não é nenhum segredo. Está tudo escrito, não há segredo nenhum. É uma falta de perceção. Apenas há uma avaliação político-financeira incompleta, mas não é segredo. Falaremos sobre isso em devido tempo. Mas perguntou sobre as condições do contrato. As condições do contrato de empréstimo não tira nem põe em relação ao contrato do programa de ajustamento municipal.*

*Nós tivemos agora uma redução da taxa de juro que no nosso contracto do empréstimo tínhamos direito a ela chegado ao quinto ano do empréstimo nos termos contratuais. E no ponto 8 da ordem de trabalhos iremos falar sobre isso, mas já se vê bem por aquilo que é a verba orçamentada para o serviço da dívida no ano 2022 e aquela que estamos a gastar no ano 2021.*

*Portanto é por aí que esse caminho segue sem benefício ou prejuízo algum em relação ao contrato de empréstimo.*

*Agradecer as palavras do Jorge Greno. Nós já aqui hoje agradecemos a toda a gente, a essa malta toda, mas hoje quero apenas referir-me-ei à pessoa com quem vou assinar a cessação, que é o Presidente do Fundo.*

*Uma questão que é importante. Só deixar a nota histórica é que a estratégia legal, estratégia no início e o quadro legal FAM foi sempre profundamente criticado pelo Partido Socialista, pelo Bloco de Esquerda, e pelo PCP!? Sempre. E está no programa do Governo da geringonça naquele em que vocês assinaram o papel, embora o papel é um segredo, nunca ninguém viu esses papéis que assinaram, assim têm o conceito de democracia a primeira geringonça. Mas foram tão maus que na segunda geringonça já nem papel assinaram e, por isso se zangaram rapidamente.*

*Mas a questão aí é só deixar claro que essa maioria de esquerda, sempre foi contra a estrutura legal do Fundo de Apoio Municipal.*

*Curioso, terminada a vida da geringonça com papel, mais a geringonça sem papel, o FAM lá está igualzinho. E em 6 anos não conseguiram inventar uma solução legal nova, diferente, para resolver os problemas das Câmaras que se despistam na sua gestão financeira. O que que a dizer que o tal primeiro-ministro Pedro Passos Coelho que inventou isto devia ter mesmo razão. E o quadro legal FAM que não é perfeito, porque a perfeição não existe, não devia ser assim tão mau mesmo para a esquerda. Porque em 6 anos, ouçam 6 anos, não são 6 meses, não a mudaram nem um virgula apenas.*

*Está escrito na lei do Orçamento de Estado, em vários documentos “mudar a Lei FAM”. Mas até hoje, em 6 anos, está o assunto encerrado e lá está o FAM a funcionar no quadro legal. E obviamente a ajudar cerca de 25 Câmaras em Portugal.*

*Nós temos o maior gosto, muito gosto, de ser a primeira Câmara a apresentar a candidatura ao ATU. Fomos a primeira apresentar candidatura ao Fundo. Não fomos a primeira a contratar, porque tivemos um chumbo no nosso primeiro Visto ao Tribunal de Contas, mas somos a primeira Câmara a sair e temos muito gosto. O Bloco já disse vota a favor e muito bem, não tenho qualquer gosto na forma como o Bloco escolhe para votar, embora, sabem que isto tem alguma piada. Para votarmos a favor da saída, alguém teve que votar a favor da entrada, porque se não era possível nós votarmos a favor da saída se não tivéssemos entrado. É uma questão de física básica que na política também se aplica. Porque estas questões da objetividade na gestão política quando estamos a falar de Finanças é obrigatória. E, portanto, vamos sair com todo o gosto, mas há um motivo de base, vamos sair porque entrámos. Se não tivéssemos entrado, tínhamos entrado num cano de um tamanho que não faço sequer ideia, nem quero fazer, porque, obviamente, foi por aqui que o nosso esforço, o nosso trabalho seguiu e seguiu muito bem e foi muito importante.*

*As chamadas de atenção que o Filipe Tomás e o Manuel Prior nos deixaram e foi bom a leitura do artigo 15, porque isto não é vai pagar o empréstimo, siga a marinha. Até podemos fazer umas asneiritas e tal, mas a violência do contrato e tão clara quanto a frase que o Filipe leu. Nós temos obrigações contratuais e algo que façamos que fira esse cumprimento tem aquele efeito legal direto – ato nulo. Não é ato anulável é ato direto nulo. Algo que a gente faça que fira aquele contrato é um ato nulo. É uma deliberação nula. E isto a nós incomoda-nos? Nada. Porque seguiremos até ao final do nosso mandato a cumprir escrupulosamente o nosso contrato de empréstimo e podemos equacionar, vamos olhando as dinâmicas da gestão, até fazer alguma antecipação do seu cumprimento. Nós cumpriremos em absoluto sem errarmos um dia ou um qualquer euro, seja da amortização de capital, seja do pagamento dos juros.*

*Mas lembrar que não é só a falta de Orçamento de Estado. Nós hoje temos problemas no nosso horizonte e um que temos falado publicamente muitos presidentes de câmara, nomeadamente, que são aumentos de custos. As obras estão a custar mais. O concurso que fizemos para comprar combustíveis, os custos dos combustíveis triplicam. Mudámos de estratégia, estamos a fazer o concurso de uma outra maneira, mas não vai ficar nos 7 milhões e meio, mas não sei como é que isto acaba. Estamos a viver uma fase de tensão nos custos que se irá traduzir em mais custos.*

*Estamos a ter um fenómeno inflacionista no mundo, não é apenas em Portugal. E isso vai ficar com uma parte da nossa receita. O covid vai-se embora? Não vai. Assim como nós tivemos condição de injetar já uma verba superior a 11 milhões de euros no combate direto ao covid, vamos aprovar o PAAASE 2022, porque é preciso continuar a ajudar a atividade económica, os agentes sociais no combate ao covid e na recessão económica. E é preciso a Câmara estar preparada para isso. E a nossa Câmara está preparada para isso.*

*Agora tem que ser com uma estratégia atenta e não de vota para baixos impostos, vota para cima investimento e siga que alguém vier feche a porta. Não. Nós levaremos o nosso mandato com lealdade, com o compromisso com os nossos cidadãos, cooperação com toda a gente, combate a esta pandemia, alguma desgraça mais que venha pelo caminho que obviamente queremos todos que não apareça e esperamos que o Covid acabe um dia destes, mas estamos preparados. Temos que estar capacitados para ter pela frente estes sobressaltos. E foi isto que ganhámos. Ganhámos todos, todos nós autarcas, nós cidadãos ganhamos todos. E, portanto, é com o maior gosto, o maior gosto, que nós vamos ver hoje a aprovação desta minuta. Muito obrigado.”*

## Membros da Assembleia

Vogal Ivo Angélico (BE)<sup>043</sup>

Vogal António Salavessa (PCP)<sup>044</sup>

Vogal Pires da Rosa (PS)<sup>045</sup>

## Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>047</sup>

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>048</sup> o Ponto 1 - Apreciação e votação do PAM - Programa de Ajustamento Municipal -Pedido de Cessação e Minuta de Adenda ao Contrato de PAM celebrado entre o Fundo de Apoio Municipal e o Município de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CHEGA1+PS7+PAN2+BE2), uma abstenção (PCP1), e zero votos contra.**

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP):<sup>049</sup>

*"A nossa declaração de voto são as razões invocadas na minha primeira intervenção. Sempre estivemos contra todos os passos deste processo até esta data. E registando o fim da imposição das restrições do FAM, registamos também que a Câmara não aproveitou o momento para anunciar nada de significativo no que diz respeito à libertação concreta desses ditames."*

De seguida o Presidente da Mesa colocou à consideração do Plenário<sup>024</sup> a discussão em conjunto dos pontos 2, 3 e 4 da *Ordem-do-Dia*, tendo o plenário aceite discutir apenas discutir em conjunto os pontos 2 e 3.

**Ponto 2 - Apreciação e votação da “Requalificação Urbana da Envolvente à EB 2,3 de Cacia e ligação à Antiga E.N. 109” – Autorização para a assunção de compromissos plurianuais;**

**Ponto 3 - Apreciação e votação do Contrato para a Execução da empreitada de “Requalificação e Reabilitação da Piscina Municipal e Pavilhão Desportivo” - Alteração às Fontes de Financiamento - Lote 1.**

*(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal nas reuniões, ponto 2 reunião Ordinária realizada em 18/11/2021, ponto 3 reunião Ordinária Pública 05/11/2021, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros da Assembleia e fazem parte do original desta ata).*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara<sup>050</sup> para apresentação dos documentos em epígrafe.

## Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>051</sup>

*“De forma muito sumária. O que é que está a passar-se na gestão dos Vistos do Tribunal de Contas com alguns juizes! Como sabemos, nós falamos do Tribunal de Contas como uma entidade que o é, mas para o seu funcionamento interno não é exatamente assim. Tem vários juizes e cada juiz tem o seu juízo. E temos tido nalguns processos que ainda não são a maioria dos vistos, temos tido alguns processos em que os juizes trouxeram esta questão. Uma delas é esta que está no ponto 2, que é a necessidade de haver um ajustamento do*

*compromisso quando o processo está em Visto, em relação àquilo que está no contrato que está a ser visado, nomeadamente quando passa para o outro ano.*

*E se até aqui fazíamos isto em ato administrativo de alteração orçamental, normal, sem problema nenhum, há juizes agora a entender que esse ato carece de deliberação da Câmara e da Assembleia Municipal.*

*Ainda há dias na reunião que tive com o Senhor Presidente do Tribunal de Contas, em que pedi para tratar de várias matérias, esta também, embora o assunto principal não era este. Mas pronto eu percebo a perspetiva dos juizes que acham isto. Fazem uma leitura, digamos, muito literal da lei, mas pronto, enfim. É possível essa leitura, claro que é. E, portanto, nós entendemos dar cumprimento àquilo que o processo de Visto desta obra, neste caso, mas o importante é termos o Visto tramitado. Neste caso é a requalificação da envolvente da EB 2,3 de Cacia. E até aqui, noutros processos fazemos por alteração orçamental, mas neste processo o Tribunal exigiu desta maneira.*

*O outro, do ponto 3, é uma gestão ainda mais original! E ainda só nos apareceu esta única. Esta é a alteração das fontes de financiamento. Normalmente, nós, seja na Câmara seja na Assembleia Municipal, nem olhamos para isto. Mas se virmos bem os mapas do Plano e Orçamento, está lá em cada rubrica a fonte de financiamento. Na nossa piscina, na reabilitação da piscina, falamos dela sempre como sendo a piscina do Galitos, tínhamos uma receita pequena, mas tínhamos uma receita de cerca de 200.000 euros, provinda de um fundo comunitário do Centro 20-20, ligado à eficiência energética. Este processo, aliás, esses processos, toda a gente que se meteu nisso, são poucos os municípios que já conseguiram ter candidaturas aprovadas. Exemplo Anadia tem a sua obra feita há 4 anos, ainda não conseguiu aprovar o seu processo de eficiência energética de uma piscina.*

*São processos tecnicamente com muitas complicações. E a nossa decisão foi, salta fora, usamos o dinheiro noutro sítio, esses tais 200 mil euros e financiamos da nossa receita normal. E pronto. E até aqui sempre que aconteceu isto sempre correu bem e não era preciso mais nada — e já que acontece com alguma regularidade. São poucos os casos, mas com alguma regularidade no tempo. Neste caso o juiz, na tramitação do Visto que está mesmo em fase final, falta mandarmos a minuta, mas quem de direito, e quem de direito é quem aprova o Plano e Orçamento, exige que faça esta alteração da tal fonte de financiamento.*

*Portanto são novidades na tramitação dos Vistos do Tribunal de Contas. Estas são as duas primeiras situações que nós temos. Embora já nos apareceu mais uma do tipo da do ponto dois. Nós também vamos agora cuidar melhor destes processos dado haver alguns juizes do Tribunal que já estão a fazer isto. Eu perguntava ao Presidente “perspetiva que haja mais”? Ele não respondeu a essa pergunta porque não sabe. Disse, olhe é uma matéria que nas reuniões de coordenação eu como presidente, e com os juizes do Tribunal com regularidade, é uma questão que vamos seguramente conversar entre todos. Mas obviamente ficará sempre no critério de cada juiz decidir como bem entenda.*

*Esta matéria depois vai-se ligar ao ponto 14, e depois falaremos quando lá chegarmos, mas objetiva e sumariamente, estas são as questões que motivaram a aprovação na Câmara destes pontos e trazer aqui à Assembleia, e solicitando também a sua aprovação. Obrigado.”*

### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>053</sup>

*“Nós fizemos como é habitual uma apreciação coletiva destes dois pontos. No essencial temos a mesma leitura daquela que nos foi apresentada aqui. O primeiro não nos levanta sequer qualquer pedido de esclarecimento. O ponto número 3, necessitávamos apenas de*

saber duas questões que não conseguimos apurar da análise dos documentos. Não se foi incapacidade ou se é por não ser fácil essa leitura.

A primeira é se o financiamento que era previsto era total ou parcial por parte dos fundos comunitários? E o segundo é que consequências é que esta aprovação tem em termos dos documentos de gestão? Portanto se já tem reflexo de que isto é uma alteração ao Orçamento em vigor ou se é algo que se vem a refletir naquele que vem para votação no ponto 8. Quanto ao resto não há qualquer não temos qualquer observação de maior a fazer.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>054</sup>

“Obrigado Senhor Presidente. Só para dar conta do nosso sentido de voto, que nos vamos abster, uma vez que não temos documentação suficiente para avaliar com detalhe as implicações que isto vai ter em termos orçamentais da proposta.”

Vogal Ivo Angélico (BE)<sup>055</sup>

Presidente da Mesa<sup>056</sup>

Vogal Jorge Greno (CDS)<sup>057</sup>

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>058</sup>

“Muito obrigado. Isto é mesmo só uma curiosidade, que é a seguinte: portanto a candidatura segue na CCDR, continuará lá para avaliação da eficiência energética para participação do financiamento, a minha questão é se concluída a obra, certamente com o exemplo de Anadia a obra vai estar pronta antes da aprovação da candidatura, mas esse dinheiro que há-de vir, mantém-se? Obrigado.”

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>059</sup>

“Muito obrigado a todos. Salavessa este financiamento participava cerca de 10% do custo total da obra, ok. Arredondando as contas 200 mil dos 2 milhões que custa.

Obviamente que o Orçamento de 2021 está preparado para esta obra. É ao abrigo dele que está a ser processado o Visto, mas o de 2022 também vai ter que estar porque a maior parte da obra vai ser executada em 2022.

Portanto os nossos Orçamentos estão preparados para a tramitação desta operação. Mas deixar isto claro, nós estamos na fase final do Visto! Portanto hoje em todos os processos de Visto o Tribunal faz uma carrada de perguntas. Não há aquela estória do Visto que chega direto. Temos sempre uma carrada de perguntas.

Estes dois Vistos estão dependentes de duas decisões. Segunda-feira envio dois ofícios, uma para cada processo para o Tribunal e talvez nas próximas semanas teremos os Vistos. Temos confiança alta, o processo administrativo correu bem, o concurso não teve reclamações e, portanto, obviamente não faz aqui sentido estarmos a falar do projeto que não tem pés nem cabeça.

O que vai ser interessante é ver que, se o Galitos tem estes bons resultados com uma má piscina como será quando tiver uma boa. Enfim, eu espero que sejam melhores. Alguns dirão pode ser que não porque com condições melhores a malta trabalha menos. Mas como nós achamos que com condições melhores se trabalha melhor e se tem melhores resultados, vamos embora para a frente com esta importante obra.

Quanto à questão da candidatura que o Filipe colocou, acabou. Nós afetámos estes 200 mil euros a outros objetivos. Portanto a candidatura desistimos dela e vamos usar nas muitas outras que temos para poder usar o dinheiro no nosso PEDUCA e, portanto, iremos usar a

*verba noutro lado. A candidatura já a anulámos, não vamos seguir por essa via. Muito obrigado.”*

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>060</sup> Ponto 2 - Apreciação e votação da “Requalificação Urbana da Envolvente à EB 2,3 de Cacia e ligação à Antiga E.N. 109” – Autorização para a assunção de compromissos plurianuais, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CHEGA1+PS7), cinco abstenções (PAN2+BE2+PCP1), e zero votos contra.**

**Continuando colocou à votação<sup>061</sup> Ponto 3 - Apreciação e votação do Contrato para a Execução da empreitada de “Requalificação e Reabilitação da Piscina Municipal e Pavilhão Desportivo” - Alteração às Fontes de Financiamento - Lote 1, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CHEGA1+PS7+BE2), três abstenções (PAN2+PCP1), e zero votos contra.**

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Ivo Angélico (BE):<sup>062</sup>

*“Só para dar conta porque nós nos abstivemos. Não somos contra a alteração de financiamento, queremos a classificação urbana da envolvente da Escola em Cacia e da ligação à estrada N109. Mas somos contra esta obra que está por trás que é o projeto nestes problemas relativamente ao planeamento e desenho da transformação do espaço urbano para uso seguro de todos os utentes.”*

**Ponto 4 - Apreciação e votação da Delegação da Competência Genérica no Presidente da Câmara Municipal para Autorização Prévia de Compromissos Plurianuais.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 05/11/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara<sup>063</sup> para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>064</sup>

*“Muito obrigado. De forma muito sumária. Isto é a prática normal de no quadro legal, delegar estas competências no Presidente da Câmara para agilidade da gestão. É uma questão muito simples e de todos os meus despachos há sempre conhecimento e obviamente terão sempre acesso a tudo.*

*Este é apenas um mecanismo que a Lei tem para termos mais agilidade. Vocês teriam que ser profissionais do órgão deliberativo para poderem deliberar tudo das muitas situações que exigem este tipo de despacho.*

*Portanto é termos a prática que temos tido nos anos anteriores e podermos usar este mecanismo legal para em nome da agilidade, mantendo obviamente toda a transparência, todo o rigor do quadro legal como não poderia deixar de ser.”*

### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>065</sup>

*“Nós não vamos votar contra este ponto, nem temos nada de muito específico relativamente a esta questão.*

*Tal como já ouvi várias vezes nesta assembleia ser referida a vitória eleitoral e os números eleitorais e da legitimidade que resulta, eu também sei reconhecer perfeitamente que menos de uma parte dos aveirenses deu maioria a esta Câmara. Portanto apesar dessa menor parte da maioria dos aveirenses terem dado essa maioria, dá-lhe legitimidade para nos termos da Lei tomarem as decisões de gestão que muito bem entenderam. E é isso que temos aqui.*

*Eu só pedi para intervir para as pessoas, membros desta assembleia, que porventura andem mais distraídos, é que este é um dos tais atos de fiscalização que são competência desta Assembleia. Tem que vir aqui porque somos nós que dizemos a última palavra.*

*Mesmo com a maioria confortável que o Senhor Presidente tem, e diga que vai ser aprovado, mas tem de vir aqui e tem de ser votado. Nada mais.”*

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>066</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente. Só para dar conta que consideramos relevante este ato de gestão corrente e por isso votaremos a favor.”*

Vogal Ivo Angélico (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>067</sup>

*“O Bloco de Esquerda entende que esta competência não deveria ser delegada. Deve ser a Assembleia Municipal a avaliar e decidir neste âmbito. E discordamos, mesmo que a lei o preveja, que este tipo de delegação de competências seja feito no Presidente da Câmara e não no executivo municipal, porque isto acaba por ser um caminho enviesado para o presidencialismo com base neste campo.”*

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>068</sup>

*“Este ponto espelha um bocadinho, é evidente, está na lei, o PS não votará contra, votar contra a lei não faria sentido nenhum. Mas espelha um bocadinho o que é, enfim, o estilo. O “estilo” do Presidente da Câmara. Que teve pelo menos aprovação eleitoral e, portanto, haverá que democraticamente respeitar, mas é um “estilo”. Um estilo em que o PS não se revê.*

*E depois tem um efeito ainda pior que é esta Assembleia Municipal tem sido, (Senhor Presente da Assembleia Municipal desculpe lá estar a dizer-lhe isto) mas Vossa Excelência tem contribuído e muito, para a não valorização deste órgão. É assim.*

*Para a não valorização do órgão – do meu ponto de vista cada qual de nós terá uma opinião diferente.*

*Mas a graduação do órgão faz-se com as intervenções. Há pouco a observação que o deputado Salavessa lhe fez, tem toda a razão, faz todo o sentido. Que é: isto é um órgão fiscalizador. O Senhor Presidente da Câmara vem aqui, expõe os pontos que deliberou no seu Executivo, nós fiscalizamos da maneira que entendemos. Fazemos as intervenções que entendemos. O Senhor Presidente da Câmara esclarece apenas o que quiser, porque evidentemente tem o direito político de não esclarecer coisa nenhuma, de não nos responder, depois será, enfim, feito um juízo político sobre isso. Mas o órgão de fiscalização é aqui por excelência.*

*É evidente, neste ponto em concreto, isto resulta duma alteração legal, que não fez sentido nenhum na minha opinião. Porque depois o que acontece em todas as assembleias municipais do país é exatamente isto, quer dizer, é por uma alteração da lei, agora viemos aqui, fazemos autorização, e o legislador fica todo contente porque fez uma grande alteração para o aumento da fiscalização dos órgãos. Não faz sentido rigorosamente nenhum.*

*Depois deste desabafo, explicar que o voto do Partido Socialista em consciência é a abstenção por não concordar com o estilo. Evidentemente viabilizando a sua aprovação, porque respeitando a perspectiva, enfim, deliberada pela maioria e de opção política do senhor Presidente da Câmara, um estilo ao qual nós não nos revemos e que, enfim, deixamos aqui claro com a abstenção.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>069</sup>

*“Eu até entendo este aziamento hoje do Pedro. É que levar uma cabazada hoje em casa, não foi fácil.*

*Mas voltando ao assunto, sendo uma boa prática, todos os anos e no estrito cumprimento da lei, a bancada do PSD votará favoravelmente.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>070</sup>

*“Muito obrigado, obrigado a todos. Eu só quero dizer duas coisas ao Salavessa e ao Pires da Rosa. Eu gosto muito de vir aqui à Assembleia Municipal. Gosto muito de interação política, gosto muito do debate. Divirto-me, com toda a seriedade, mas divirto-me. Eu por mim havia assembleias todos os dias. Eu gosto disto. Há coisas que eu gosto de fazer na vida política e vocês sabem que eu sou Presidente de Câmara que gosto do que faço. Mas há algumas coisas que eu gosto particularmente e uma delas é estar aqui convosco a debater. Gosto mesmo muito.*

*Obviamente, não vamos para aqueles tempos absurdos das cinquenta e tal reuniões porque o Regimento era um não Regimento, era tudo ao monte e fé em deus. Obviamente que, no quadro regimental que estamos a viver, neste mandato e do anterior, eles são muito parecidos, eu gosto muito de vir aqui. E venho as vezes que vocês quiserem.*

*Eu nunca faltei a uma Assembleia. Na minha agenda é obrigatório vir à Assembleia Municipal. Não é só para vos honrar a vocês, é também para me honrar a mim.*

*E, portanto, esta delegação de competências ou qualquer outra, não é para eu deixar de vir cá. E muito menos para não ser fiscalizado.*

*É verdade, a lei portuguesa não é a lei da Câmara de Aveiro, Ivo. A lei portuguesa é muito presidencialista — e eu estou à vontade porque há muitos anos que discordo. Posso até mandar artigos meus escritos sobre essa matéria. Discordo completamente. Mas no tempo que fui deputado e foram poucos meses, meti-me noutras áreas que não essa da legislação autárquica. E, portanto, dizer apenas isto, que de facto outra coisa de que gosto muito é de ser fiscalizado.*

*Gosto imenso de ser fiscalizado. Fiscalizem mais. E não fiscalizem só nas reuniões de Câmara. Peçam para consultar processos na Câmara. Apareçam. Nós gostamos da vossa fiscalização, fiscalizem mais. Com todo gosto, porque é uma garantia adicional da gestão rigorosa e séria, cumpridora da lei e da ética que nós temos a nossa Câmara. à vontade.*

*Nunca vos será dito, como nunca foi dito nenhum dos vereadores do Partido Socialista, que como é lógico são os que consultam mais processos, nunca houve nenhum truque de dizer é pá o dossier tal não. Zero. É o que quiserem consultar. Marcamos dia e hora, ao dispor. Fiscalizem mais, estejam à vontade.*

*Agora esta relação truncada entre Partido Socialista e o PCP é que tem que ser vista de uma outra forma. Porque há aqui uma deriva comunista ou socialistoide de termos o Estalinismo como assento de cultura do Partido Comunista. E aprendemos hoje que o “estilismo” do Partido Socialista tem agora uma deriva do Estalinismo comunista.*

*Portanto ficou hoje confessado que não se reveem no meu estilo. Ora vejam lá ao que isto chega, que o Partido Socialista está com tamanha falta de imaginação de profundidade na abordagem política nas questões tão importantes para a nossa vida, que criou a partir de hoje o “estilismo” que é esta abordagem ao estilo do Presidente da Câmara!*

*Eu não estou cá há oito dias, estou cá há oito anos, mas fico muito contente que vossa excelência se dedique também ao meu estilo, sabendo que vou sempre procurando melhorar a minha performance política.*

*Embora como nunca aderi ao Estalinismo, nunca aderirei a cuidar do “estilismo” de nenhuma das excelências, membros desta assembleia municipal, sejam elas as que melhor conheço da Aliança com Aveiro, sejam aquelas que não conheço tão bem, mas enfim já nos vamos conhecendo dos partidos da nossa estimada oposição.*

*Continuei a trabalhar subordinado ao compromisso que temos com os nossos concidadãos com todo o empenho e está provado que as propostas são boas e que merecem a aprovação da Assembleia. Muito obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 31.º do Regimento:<sup>071</sup>

*“Senhor Presidente, eu gostava de um esclarecimento das palavras do Senhor Presidente da Câmara sobre a importância da fiscalização. Quando falei em fiscalização não foi para lembrar ao Senhor Presidente o papel relativo. Foi para lembrar aos deputados municipais que estão esquecidos ou que não conhecem qual o papel da Assembleia e que esse é um traço fundamental da vida deste órgão.*

*Segunda questão, eu nunca aderi ao Estalinismo, nunca o Estalinismo esteve aqui representado. Eu sou membro do PCP algumas décadas. Aderi a um programa que pouco ou nada tem a ver com o que são os princípios atribuídos ao dito Estalinismo. É um programa para Portugal com referências a Portugal e aos valores nacionais da Liberdade, da Democracia e é isso que eu aqui tento representar. Nem sempre consigo, mas é o que tento de representar.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>073</sup>

*“Salavessa eu falei da cultura do Estalinismo no Comunismo, não na cultura comunista do Salavessa, ok. Não tenho dúvidas sobre isto.*

*E percebeu que eu exagerei um bocadinho. Fiz aqui uma coisa de exercício de dialética política, por causa de aproveitar a ligação do Estalinismo ao “estilismo”. Foi só aqui um exercício de forcing político ou dialético. Obrigado.”*

**Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>074</sup> o Ponto 4 - Apreciação e votação da Delegação da Competência Genérica no Presidente da Câmara Municipal para Autorização Prévia de Compromissos Plurianuais, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CHEGA1+PAN2), oito abstenções (PS7+PCP1), e dois votos contra (BE2).**

**De seguida, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.**

**Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade,<sup>076</sup> cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos da primeira reunião da Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro, informando que os trabalhos da Sessão, continuam no dia 09DEZ2021 (quinta-feira) no mesmo local.**

**Eram 23:45 horas do dia 03 de Dezembro de 2021.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(3:15)